

Aos

Acionistas e Conselho de Administração da
Wilson Sons Limited

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas da Wilson Sons Limited (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Reconhecimento de receitas de prestação de serviços (Nota 4)

Conforme previsto pelas IFRS, a Companhia reconhece a receita quando os serviços em seus terminais portuários, operações de rebocagem, logística, apoio marítimo a plataformas de petróleo e gás natural e serviços de agenciamento marítimo são prestados.

Tendo em vista a diversidade geográfica e o grande volume de operações da Companhia, o reconhecimento destas receitas no período contábil apropriado está mais susceptível a erros, principalmente para as operações em andamento no final do exercício.

Nossa abordagem de auditoria

Para avaliar a tempestividade do reconhecimento de receitas de prestação de serviços, avaliamos as políticas de reconhecimento de receita observando-se as normas contábeis relevantes. Nossos procedimentos incluíram testes de uma amostragem de receitas reconhecidas ao longo do ano e no final do exercício, com base nos termos contratuais específicos, e realização de procedimentos analíticos substantivos para cada um dos segmentos. Também consideramos a adequação das divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas.

Com base nos resultados dos procedimentos de auditoria executados, consideramos que as políticas de reconhecimento de receita da Companhia estão em conformidade com as normas contábeis relevantes no contexto dos acordos contratuais, e que as divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Risco de redução ao valor recuperável para ágio e intangíveis referentes a combinação de negócios (nota 10)

A Companhia reconheceu ágio e ativos intangíveis em relação às aquisições efetuadas nos anos anteriores, incluindo as aquisições do Tecon Rio Grande, Tecon Salvador e Brasco Caju (Briclog). Existem riscos inerentes e incertezas envolvidas na projeção dos fluxos de caixa futuros descontados a valor presente nesse setor, que são a base da avaliação de recuperabilidade. Devido à magnitude do montante do ágio e dos ativos intangíveis bem como à incerteza quanto à recuperação econômica do Brasil, que poderia enfraquecer a demanda ou ocasionar variações significativas nos custos base do setor, determinamos ser este um principal assunto de auditoria.

Nossa abordagem de auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram testar as projeções da Companhia, considerando a exatidão histórica das projeções anteriores comparadas com os resultados e projeções do ano corrente e obtendo um entendimento quando variações significativas foram identificadas. Também comparamos as premissas consideradas nos fluxos de caixa para os terminais portuários da Companhia com os contratos subjacentes, para corroborar as receitas estimadas e data de término de cada contrato. Além disso, consideramos nossa própria experiência e discussões com os responsáveis pelas operações para avaliar a probabilidade da movimentação estimada, incluída nos fluxos de caixa futuros projetados.

Utilizamos especialistas em avaliação de negócios para nos ajudar na avaliação das premissas e julgamentos considerados pela Administração e demais órgãos de governança, relacionados ao crescimento econômico projetado, inflação, taxas de câmbio, bases de custo, valores e taxas de desconto usadas para estimar valores recuperáveis.

Comparamos as premissas da Companhia com dados de origem externa, parâmetros do setor, e nossas expectativas com base em nosso conhecimento do cliente e experiência com o setor em que atua, e conduzimos uma análise de sensibilidade sobre as premissas, estimativas e julgamentos para assegurar que, individualmente ou em conjunto, estes poderiam indicar a necessidade de uma redução ao valor recuperável do ágio e ativos intangíveis.

Como resultado desses procedimentos, identificamos um ajuste de auditoria que indicou a necessidade de uma perda no valor de recuperação do ágio e ativo intangível da concessão da subsidiária Brasco Logística Offshore Ltda., sendo este ajuste registrado pela administração tendo em vista sua materialidade sobre as demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações sobre esses assuntos que se encontram descrito na nota 10 às demonstrações contábeis e, especificamente sobre o ágio.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste do valor recuperável do ágio e ativo intangível, de maneira consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas relativos ao ágio e ao ativo intangível adotados pela Administração são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis (nota 19)

A Companhia é parte em elevado volume de ações judiciais referentes a processos civis, trabalhistas e tributários. Essas contingências são potencialmente significativas, e a aplicação de normas contábeis para determinar o montante, se houver, a ser reconhecido como um passivo da Companhia ou divulgado em nota explicativa, é inerentemente subjetiva. Ao determinar esses montantes, os diretores usam seu julgamento e recebem apoio de consultores externos, quando necessário, a fim de concluir sobre a melhor estimativa das provisões a serem registradas ou divulgações a serem efetuadas nas demonstrações financeiras. Esta é uma das áreas-chave nas quais nossa auditoria se concentrou, considerando o impacto que uma causa relevante poderia ter sobre o balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício.

Nossa abordagem de auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a obtenção de entendimento junto aos diretores e assessores jurídicos internos sobre a base para formação de julgamentos e estimativas, questionando o racional considerado com referência às últimas informações corroborativas disponíveis, e avaliação da comunicação com consultores externos da Companhia para as causas onde tal envolvimento foi considerado necessário. Além disso, obtivemos confirmações formais diretas dos advogados externos da Companhia para todos os litígios. Em relação às causas tributárias, além do acima mencionado, envolvemos nossos especialistas em impostos para avaliar as posições fiscais relevantes da Companhia, bem como a correspondência com as autoridades fiscais. Também consideramos a adequação das divulgações da Companhia sobre as contingências.

Com base nos resultados dos procedimentos de auditoria executados, consideramos que as estimativas e julgamentos preparados pela Companhia e a divulgação feita pela administração e demais órgãos de governança nas demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, são adequadas.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

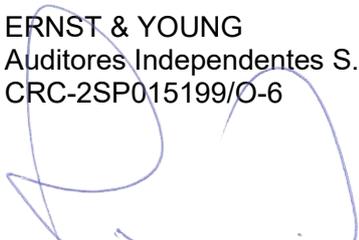
Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 12 de março de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Fernando Alberto S. Magalhães
Contador CRC-1SP133169/O-0